



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUI
Praça Desembargador Edgard Nogueira. nº 80 - Bairro CABRAL - CEP 64000-920 - Teresina - PI

Política de Sustentabilidade nº 2

APÊNDICE IV
POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE
EXIGÊNCIAS GERAIS (aplicadas a todas as contratações)

I. RESPEITO À LEGISLAÇÃO BÁSICA SOBRE SUSTENTABILIDADE:

Os fornecedores de bens e serviços devem observar os critérios definidos na legislação vigente e em outros instrumentos de boas práticas de contratações sustentáveis, especialmente:

1. Constituição Federal, art. 225: Garante o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e impõe deveres à coletividade e ao poder público;
2. Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos): Estabelece o princípio do desenvolvimento nacional sustentável como diretriz das contratações públicas;
 - a. Decreto 7.746/2012: Critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações públicas (ainda aplicáveis à Lei 14.133/2021);
 - b. Instrução Normativa SLTI/MPOG 1/2010: Critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal (acolhida pela Lei 14.133/2021);
 - c. Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, da CGU;
3. Lei 12.305/2010: Política Nacional de Resíduos Sólidos;
 - a. Decreto 10.240/2020: Regulamenta o sistema de logística reversa de produtos eletroeletrônicos e seus componentes;
 - b. Decreto 10.936/2022: Regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
4. Lei 6.938/1981: Política Nacional do Meio Ambiente (Licenciamento Ambiental);
 - a. Decreto 99.274/1990: Regulamento da Lei 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente);

5. Lei 9.605/1998 (Lei dos Crimes Ambientais): Sanções penais e administrativas por atos lesivos ao meio ambiente;

6. Decreto 6.514/2008: Infrações e sanções administrativas ambientais e processo de apuração;

7. Decreto Estadual (Piauí) 20498/2022: Diretrizes para a implementação do sistema de logística reversa de embalagens;

8. Resolução CNJ 400/2021: Política de sustentabilidade do Poder Judiciário;

9. Portaria Presidência TRE-PI 683/2021: Instituição do Plano de Logística Sustentável 2021-2026 do TRE-PI;

II. CRITÉRIOS E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS: Todos os serviços contratados e produtos, peças e componentes que vierem a ser adquiridos ou utilizados/fornecidos em prestação de serviços devem observar, em sua composição e no processo produtivo (Decreto 7.746/2012, art. 4º):

1. baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
2. preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
3. maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
4. maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
5. maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
6. uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
7. origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e
8. utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

III. CONSTITUIÇÃO E PROCESSO PRODUTIVO: Todos os produtos, peças e componentes que vierem a ser adquiridos e/ou utilizados e fornecidos em prestação dos serviços (IN 1/2010 – SLTI/MPOG, art. 5º, I, II e IV)

1. devem ser constituídos, preferencialmente, no todo ou em parte, por material reciclado ou reciclável, atóxico, biodegradável e/ou de fontes renováveis conforme as Normas Técnicas da ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;
2. devem observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
3. não podem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDES).

IV. EMBALAGENS: Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagens individuais adequadas (IN 1/2010 – SLTI/MPOG, art. 5º, III):

1. com o menor volume possível;
2. produzidas com materiais recicláveis/reciclados, como papelão ou plástico à base de etanol de cana-de-açúcar;
3. que garantam a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
4. que sejam objeto de logística reversa.

EXIGÊNCIAS ESPECÍFICAS DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

I. RESPEITO À LEGISLAÇÃO TÉCNICA DO OBJETO CONTRATADO

1. Base Legal/Normativa: Os produtos, serviços e procedimentos incluídos na contratação deverão observar a seguinte legislação obrigatória:

a. Para os motoristas:

a.1 Lei nº 13.103/2015 (Atualizada): Define jornada de trabalho, tempos de direção e intervalos:

- Tempo de direção: Proibido dirigir por mais de 5 horas e meia ininterruptas.
- Intervalos: Obrigatório descanso de 30 minutos a cada 5 horas e meia de direção.
- Descanso diário: Garantia de 11 horas de descanso dentro de 24 horas, permitindo fracionamento, com mínimo de 8 horas ininterruptas.
- Descanso semanal: Repouso obrigatório de 24 horas a cada 7 dias de trabalho.

a.2 Lei nº 14.599/2023 Exame Toxicológico Obrigatório: para motoristas das categorias C, D e E, com necessidade de renovação periódica (geralmente a cada 2 anos e meio) para garantir a aptidão física e mental

a.3 NR-11 (Movimentação de Cargas): Estabelece requisitos de segurança para transporte, armazenamento e manuseio de materiais, aplicável ao motorista no carregamento e descarregamento

a.4 NR-11 - Transporte e Movimentação de Materiais: É a norma principal para o setor de logística e transporte rodoviário, garantindo a segurança na movimentação, armazenamento e transporte de cargas. Exige treinamento específico e sinalização da capacidade de carga nos equipamentos.

a.5 NR-16 - Atividades e Operações Perigosas: Regulamenta o adicional de periculosidade para motoristas que transportam cargas perigosas (inflamáveis, explosivos, radioativos, etc.).

a.6 NR-12 - Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos: Estabelece requisitos para a prevenção de acidentes no uso de equipamentos de transporte.

a.7 NR-17 - Ergonomia: Visa adaptar as condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, o que inclui o conforto do motorista.

a.8 NR-24 - Condições Sanitárias e de Conforto: Trata das condições na cabine e locais de parada, sendo relevante para o bem-estar do motorista

b. Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD): Protege os direitos fundamentais à liberdade e à privacidade;

2. Além dos requisitos para o Termo de Referência a futura contratada deverá observar:

a. Cumprimento Integral da Legislação: A empresa vencedora deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, de que observa toda a legislação técnica relacionada ao objeto, especialmente a base legal acima relacionada.

II. PRÁTICAS AMBIENTAIS NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

1. Base Legal/Normativa: Toda a legislação básica sobre sustentabilidade contida no tópico “Exigências Gerais” (aplicadas a todas as contratações).

2. Requisitos para o Termo de Referência:

a. Termo de Compromisso Ambiental: A empresa vencedora se comprometerá formalmente a:

i. executar a destinação ambientalmente adequada de todos os resíduos comuns e eletroeletrônicos gerados, em conformidade com a PNRS e com os Decretos federais vigentes;

ii. adotar práticas de economia no uso de água e energia;

iii. optar por produtos com materiais recicláveis;

iv. optar por produtos de baixo consumo ou energia renovável, como fontes com selo Procel eficiência A ou com certificação energética;

v. estabelecer medidas de controle no uso de fluidos, lubrificantes ou outros agentes que possam contaminar o solo e a água;

b. Descarte e Logística Reversa:

i. Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS): A contratada deverá apresentar, antes da primeira execução dos serviços, um PGRS, contendo:

1. Classificação dos resíduos sólidos em eletroeletrônicos (REEE) e comuns (como embalagens, EPIs usados, materiais contaminados etc.);

2. Fluxo de separação, coleta, armazenamento, transporte e destinação adequada de resíduos sólidos,

conforme previsto na legislação ambiental (Ibama e lei estadual/municipal).

III. EFICIÊNCIA E QUALIDADE DOS COMPONENTES

1. Base Legal/Normativa:

a. Lei 14.133/2021 (NLLC), Arts. 40 e 41: Para atender os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança do objeto da contratação, o detalhamento do objeto deve atender ao princípio da padronização e observar as especificações estéticas, técnicas e/ou de desempenho dos bens.

IV. SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO (SST)

1. Base Legal/Normativa:

a. Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego:

i. NR-01: diretrizes e os requisitos para o gerenciamento de riscos ocupacionais e as medidas de prevenção em Segurança e Saúde no Trabalho - SST.

ii. NR-06: obrigações sobre o fornecimento e uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

iii. NR-09: avaliação e controle das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos

b. Consolidação das Leis do Trabalho (CLT): Dispõe sobre a proteção ao trabalhador, saúde e segurança no ambiente laboral.

2. Requisitos para o Termo de Referência:

a. Declaração de Conformidade: as licitantes devem expressamente reconhecer e assumir a conformidade dos serviços com as Normas Regulamentadoras/MTE aplicáveis;

b. Equipamentos de Proteção Individual e Coletivo (EPIs/EPCs): A contratada deverá fornecer, manter e fiscalizar, quando cabível, o uso de calçado de segurança confortável; óculos de sol com proteção UV; luvas de direção; colete refletivo; e máscara de proteção respiratória, com Certificado de Aprovação (CA) válido, emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), quando cabível.

c. Condições adequadas de trabalho: A contratada deverá garantir condições de trabalho que incluem:

i. Pausas regulares durante serviços prolongados;

ii. Disponibilização de água potável e local de descanso;

V. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

1. Requisitos para contratação sustentável: (in 01/2018) SUSTENTABILIDADE

2. A Contratada deve promover:

- a. Práticas de sustentabilidade ambiental, quando da execução dos serviços, utilizando produtos biodegradáveis, atóxicos, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448- 2 economizando energia, gás, água, assim como separar seletivamente os resíduos oriundos da prestação dos serviços;
- b. Treinamento periódico dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.
- c. Treinamento relativo a eco condução com sensibilização dos condutores para a redução do consumo de combustível e das emissões de gases poluentes e educação ambiental.

3. Fornecimento aos seus empregados de equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços;

4. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resoluções CONAMA, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

- a. 14.8. Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizam sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06 /2005, e legislação correlata;
- b. Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
- c. Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
- d. Prever a destinação ambiental adequada das baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999;
- e. A contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 01, de 18/03/2010, conforme artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009, e legislação correlata.”

5. As máquinas fornecidas deverão obedecer aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02 /1993, e nº 272, de 14/09/2000, e legislação correlata, bem como aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções

VI. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL COM BASE NO GUIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

I. Quanto aos veículos ofertados:

- a. Combustível: utilização de combustível renovável (etanol, gás natural veicular, biodiesel, eletricidade etc.), inclusive mediante tecnologia “flex”, nos termos do art. 1º da Lei 9.660/ 1998;
- b. Ruídos: atendimento aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA 1/1993 e 242/1998;
- c. Poluentes: atendimento aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA 18/1986, 490/2018 e 492/2018.
- d. Eficiência Energética: eficiência energética equivalente a um veículo com a Etiqueta da categoria A (mais eficiente) do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular), nos termos do Decreto nº 9.864/2019 e Instrução Normativa SLTI/MPOG 2/2014.

II. Manutenção e Resíduos:

- a. Realização manutenção preventiva periódica e destinação ambientalmente adequada de pneus, baterias e óleos lubrificantes, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010);

III. Fiscalização:

- a. Entrega de comprovantes de licenciamento, manutenção da frota e descarte legal de resíduos (art. 117 da Lei nº 14.133/2021), sempre que exigido pela fiscalização.

VII. DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL E ACESSIBILIDADE

I. Inclusão:

- a. Observância das diretrizes de acessibilidade da Resolução CNJ nº 401/2021 e da Lei nº 13.146/2015

II. Veículos Acessíveis:

- a. Havendo necessidade previamente comunicada, a contratada deverá envidar esforços para disponibilizar veículo adaptado à mobilidade reduzida, conforme viabilidade do mercado.

VIII. REQUISITOS OPERACIONAIS E TRABALHISTAS

I. Regularidade:

- a. Cumprimento integral das normas do Ministério do Trabalho (NR-1 e NR-7) e da Lei nº 13.103/2015 (Lei do Motorista).

II. Condutores:

- a. Disponibilização de motoristas que possuam CNH válida com anotação de Exercício de Atividade Remunerada (EAR) e, na execução contratual, apresentem conduta urbana e abstenham-se do uso de substâncias que comprometam a capacidade de direção.

III. Segurança:

- a. Garantia de que os veículos operem com sistemas de climatização, cintos de segurança e pneus em perfeitas condições, sob pena de recusa do veículo pela fiscalização (art. 140 da Lei nº 14.133/2021).



Documento assinado eletronicamente por **Roberto de Amorim Coelho**, **Analista Judiciário**, em 16/05/2026, às 14:15, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0002730147** e o código CRC **03F803F4**.

0016890-89.2025.6.18.8000

0002730147v2



--